



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação”

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

A PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR NA DISCIPLINA DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: potencialidades e limitações

Luciano de OLIVEIRA (UEMS/UFMS)*

RESUMO: Este artigo tem como escopo discutir sobre a PCC (Prática como Componente Curricular) desenvolvida em um curso de Pedagogia de uma universidade pública do estado do Mato Grosso do Sul - MS. Debate as potencialidades e limitações do processo formativo inicial dos (as) acadêmicos (as) do último ano desse curso tendo como horizonte a realização desse componente na disciplina de Alfabetização e Letramento. A pesquisa de caráter qualitativo tem como principais fontes de pesquisa a Resolução nº 2/2019 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, bem como a Base Nacional Comum para formação Inicial de professores da Educação Básica (BNC- Formação) e o relatório do PCC elaborado no ano de 2024. A partir da análise crítica do relatório, da Resolução nº 2/2019 e suas alterações em interlocução com as políticas públicas de Alfabetização, verificou-se que ainda há limitações no contexto da realidade para efetivação do que apregoa os documentos oficiais, como: lacunas provenientes do embasamento teórico dos estudantes que dificultam a compreensão das relações imbricadas entre teoria, prática e reflexão e prevalecimento da ideia de alfabetização pautada no método fônico. Também se constatou potencialidades no desenvolvimento dessa prática como: análise de casos reais de alfabetização e letramento fazendo interlocuções com questões teóricas e políticas; oficinas com os gêneros textuais fábulas e a utilização da literatura infantil como instrumento significativo no processo de alfabetização e letramento.

Palavras-chave: Formação inicial, prática como componente curricular; alfabetização e letramento.

1 Introdução

Historicamente, a Prática como Componente Curricular (PCC) enquanto uma dimensão a ser contemplada na formação inicial do acadêmico das licenciaturas foi instituída em 2002. De acordo com a Resolução CNE/CP nº 2/2019, que instituiu a duração e carga horária das licenciaturas, das 2.800 horas totais de trabalho acadêmico, 400 horas seriam destinadas ao PCC.

As normativas seguintes, relacionadas à formação inicial das licenciaturas foram sofrendo alterações, de modo que atualmente está vigente a Resolução CNE nº 4, de 29 de maio de 2024. Verifica-se, portanto, que além de ser recente essa

* Professor da UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul) e UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul). lucianovidafeliz@gmail.com.



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação”

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

dimensão no currículo, torna-se exigente as constantes mudanças e adaptações que devem ser feitas nos Projetos Pedagógicos dos cursos, visto que a elaboração e/ou mudanças em sua redações tornam-se inviáveis caso acompanhem cada mudança realizada nas resoluções.

Além desses aspectos supracitados, é necessário considerar que há os arranjos no processo de organização dos cursos quando dessas mudanças. Outro fator crítico e problematizador pode ser o aligeiramento das reflexões para adequação às normativas. Tais aspectos nos incitam à discussões mais meticulosas sobre o assunto no campo educacional corroborando para ampliação dos debates.

De fato, em um levantamento de produções com a temática prática do componente curricular realizadas no período de 2002 até 2020, indexados no Portal de Periódicos da Capes, feita por (Schmitz; Tolentino Neto, 2022), constatou-se que foram somente 20 as publicações encontradas e que se iniciaram a partir de 2011.

Uma nova busca no portal de periódicos da CAPES¹, com a palavra chave: prática como componente curricular, no período de 2021 a 2025, veio à tona um quantitativo de 345 produções nacionais com múltiplas perspectivas e reflexões críticas, abrangendo as diversas áreas do conhecimento, porém é tênue as produções que discutem e aprofundam as relações entre a PCC e a disciplina de Alfabetização e Letramento nos cursos de licenciatura em Pedagogia.

Dessa forma, ao encontro dessas perspectivas, este artigo discute sobre o PCC em um curso de Licenciatura em Pedagogia de uma universidade pública do Estado de Mato Grosso do Sul, na perspectiva de debater quais são as potencialidades e limitações na realização desse componente especificamente na disciplina intitulada de Alfabetização e Letramento, ofertada no último ano do curso. Sendo assim, na sequência dar-se-á continuidade ao debate a partir de dois tópicos. O primeiro terá como foco a importância da Alfabetização e suas políticas no Brasil com intuito de apresentação de um panorama geral a partir de olhar analítico e em seguida, a discussão do PCC na formação inicial como um dos pressupostos

¹ Cf.

https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/busador.html?q=Pr%C3%A1tica+como+componente+curricular&source=&publishyear_min%5B%5D=2021&publishyear_max%5B%5D=2026 Acesso em 23 de julho de 2025.



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação”

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

significativos de encontro da alfabetização plena das crianças. Por fim, apresentaremos as considerações finais.

2 Alfabetização das crianças no Brasil: do caos à esperança

É consensual entre os pesquisadores que a questão da alfabetização das crianças no Brasil constitui um aspecto nevrálgico e relaciona-se estreitamente com a formação inicial dos futuros alfabetizadores. Parte dessa problemática é constatada por dados quantitativos que historicamente apresentam índices pífios de melhoria, pois embora os números no Brasil apresentem leve melhoria ao longo dos anos, especialmente após os anos 2000 em relação a outros países, sempre aparece a conjunção “mas” após exposição otimista inicial.

Conforme (Mortatti, 2013) ao citar os resultados do PISA, por exemplo, enfatiza que embora o Brasil tenha sido um dos países que mais avançaram nas três primeiras edições dessa avaliação, os dados de 2009, sugerem que 60% dos alunos brasileiros têm baixa proficiência em leitura. Os resultados apontam crescimento de 9% na média brasileira em relação à avaliação de 2000 “mas” o Brasil está estava à época entre os últimos na classificação, ocupando o 53% lugar em leitura e o 57%, em Matemática.

Da mesma forma, nos resultados da Prova Brasil de 2011, as reflexões de (Mortatti, 2013, p.20) demonstram que ao mesmo tempo em que há melhora no ritmo de desempenho em Português, pois alunos do 5º ano alcançaram a média de 4,7, número esperado para 2013, “porém” entre os discentes do ensino médio esse “ritmo de crescimento foi lento”.

(Soares, 2020) problematiza o fato de que, embora no Brasil a taxa de escolarização de crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de idade tenha chegado ao índice de 98,6% em 2015, caracterizado a universalização do Ensino Fundamental, isso não necessariamente significou a democratização, mais um fato que poderíamos descrevê-lo tendo uma conjunção no meio desse discurso. Para validar seu argumento a autora compara a taxa de universalização de acesso à escola com dados da ANA de 2016, demonstrando que mais da metade, ou seja, 54,7% das crianças do 3º ano do ensino fundamental foram avaliadas e tiveram como resultado o “nível insuficiente”.



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação”

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

Ainda, com base na argumentação inicial, de que concomitante com os dados otimistas há sempre algum aspecto que desabona essa perspectiva, pode-se verificar essa assertiva nos dados da ANA de 2016 em todos os estados brasileiros nos quesitos leitura e escrita, de modo específico.

Considerando a interpretação dos níveis de leitura e escrita da ANA de 2016, de um lado, 66,15 % das crianças apresentaram nível suficiente em escrita, “mas” 54,73% foram classificados no nível insuficiente em leitura. No estado do Mato Grosso do Sul, foco desse debate, 66,66% dos alunos obtiveram nível suficiente em escrita, “mas” 56,15% permanecerem no nível insuficiente em leitura.

Ao longo das duas últimas décadas verifica-se que para sanar esse problema tem sido propostas políticas públicas com foco na alfabetização. Tais políticas vieram permeadas por programas, projetos e ações com duas intencionalidades primordiais. De um lado melhorar a formação dos alfabetizadores, por meio de formação continuada e de outro priorizar os processos de ensino aprendizagem do Sistema de Escrita Alfabetica e do Letramento, ambos esses aspectos corroboram para compreensão da importância do PCC na formação inicial que contribuiria significativamente para melhorarmos os dados com relação à alfabetização.

Ao tomar como interstício o período de 2003 a 2012, (Mortatti, 2013) afirma, por exemplo, que o Brasil em articulação com à “Década das Nações Unidas para Alfabetização” não apresentou avanços significativos, além de um agravamento de diversos problemas, entre eles o aprofundamento das discussões do próprio conceito de alfabetização, atrelado à um modelo neoliberal em que se esperava que os professores apenas cumprissem metas e estratégias.

Essas políticas têm sido marcadas por avanços e retrocessos, pois nem sempre atingiram os objetivos propostos, seja por que, ou constituíram-se como políticas de governo e não de estado e desse modo, ainda que haja aspectos relevantes em suas proposições, a cada novo governo essas são problematizadas ou destituídas não havendo continuidade. Ou ainda, distanciadas e fechadas às críticas, seja a partir das pesquisas acadêmicas ou da própria sociedade. (Soares 2020, p. 12) é enfática ao questionar:

Por que, porém, tantas pesquisas, tantas publicações, tantos eventos, tantos projetos e programas promovidos nos âmbitos nacional, estadual, municipal não têm resultado, há décadas, em ensino de qualidade da língua



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação”

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

escrita? Ao contrário, enfrentamos reiteradamente o fracasso na alfabetização e no letramento de crianças e jovens; fracasso sempre denunciado, nunca vencido.

A proposição da pergunta embora relativamente simples diante dessa constatação e da precariedade na formação inicial dos professores é extremamente complexa quando se trata de soluções assertivas especialmente nos diversos contextos históricos, sociais e políticos que o Brasil tem passado nos últimos anos. De acordo com (Soares 2020, p. 12) tem-se ainda a constatação de que “o fracasso em alfabetização e letramento concentra-se nas escolas públicas, onde estão as crianças das camadas populares” as quais têm na educação a esperança para lutarem por melhores condições sociais e garantia dos seus direitos fundamentais.

Após os anos 2000, com a aprovação do PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa) em 2012, com vistas a cumprir a meta da plena alfabetização de todas as crianças até os oito anos de idade, será somente no ano de 2019, que novamente apareceu no cenário educacional outra Política, o PNA (Plano Nacional de Alfabetização).

Embora com algumas críticas o PNAIC se constituiu num esforço conjunto, de grande envergadura que entre os seus diversos objetivos visou garantir o fortalecimento da formação inicial e continuada de professores e a implementação de ações que assegurassem o desenvolvimento das habilidades de leitura, escrita e matemática fundamentado nos debates construídos coletivamente e nos avanços das pesquisas no campo da alfabetização e do letramento.

Cumpre destacar que em certa medida o PNAIC, ao focar na formação inicial, contribuiu para o desenvolvimento de uma PCC significativa dentro das disciplinas da Pedagogia que tivessem como debate a Alfabetização e o Letramento, mas posteriormente, essa política foi substituída por um texto breve, sem fundamentação teórica e alheio às construções coletivas elaboradas tanto no campo da educação, em especial da alfabetização e letramento, como também na formação de professores.

O PNA, portanto, foi marcado por diversas críticas entre elas o “autoritarismo e a mercantilização”, uma vez que, de um lado houve a tentativa da imposição de um método fônico por alguns especialistas e empresários, já superado conforme as



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação”

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

pesquisas; e de outro a contrariedade ao direito das instituições de ensino de escolherem as propostas pedagógicas que fossem mais adequadas e pertinentes aos seus discentes conforme expresso por (Morais, 2019).

Em 2023, no governo Lula, foi instituído o Programa Criança Alfabetizada que busca retomar a construção de uma política pública consistente no que diz respeito à alfabetização e letramento. Dentre os diversos eixos desse Programa um deles relaciona-se à reiterada formação inicial e continuada de professores alfabetizadores.

Nota-se, portanto, que imbricado com a alfabetização e letramento das crianças está a formação inicial e consequente a PCC. Trata-se de um instrumental ao encontro do que (Soares, 2020) apontou como uma das possíveis alternativas para que toda criança seja alfabetizada, ou seja, focar na ação docente, através de um processo diário de desenvolvimento pessoal, que no nosso entendimento começa na formação inicial.

2 Prática como Componente Curricular na formação inicial: limitações e potencialidades

A disciplina de Alfabetização e Letramento constituiu um dos pilares do futuro pedagoga (a) e em especial dos (as) alfabetizadores (as). No caso analisado, contempla uma carga horária de 170 horas é composta de 136 horas teóricas e 34 de PCC (Prática do Componente Curricular). A disciplina busca compreender teórica e metodologicamente o processo de alfabetização e letramento para que o estudante percebendo o ensino da escrita como objeto histórico e social importante para as práticas discursivas.

Nesta perspectiva a PCC , com essas 34 horas, adquire um lugar significativo, especialmente numa sociedade cuja cultura letrada é primordial. Assim, (Soares, 2020) argumenta sobre o letramento e alfabetização como processos indissociáveis para que a criança possa apropriar-se do Sistema de Escrita Alfábética (SEA) e fazer usos sociais da língua em contextos diversos na sociedade. De acordo com o relatório do PCC, após discussões teóricas com base em Soares (2012, 2016, 2020) os acadêmicos e as acadêmicas foram organizados em grupos para que pudessem trazer situações reais sobre ambos os conceitos.



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação”

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

A partir de (Soares, 2020, p.29) os alunos e alunas realizaram a leitura de um registro de observação de 4 aulas de uma turma de 1º ano feitos por uma professora. Depois da leitura e análise dos registros realizados pela docente, os acadêmicos (as) elaboraram um relatório desses a partir da descrição de duas práticas, a saber: um relacionado às práticas de alfabetização e outro às práticas de letramento.

Segundo o relatório o objetivo era que os (as) acadêmicos (as) identificarem, na descrição das aulas, as estratégias que a professora usou para integrar os dois processos e responderem à pergunta como alfabetizar e letrar mantendo a especificidade de cada processo e ao mesmo tempo sua interdependência? Foram empregadas para essa atividade 12 horas divididas em duas práticas (Alfabetização e Letramento) com 6 horas cada. Verificou-se que houve dificuldade na diferenciação e aproximação desses dois processos. O professor, desta forma, sugeriu outras leituras complementares e vídeos com palestras da professora Magda Soares para melhor compreensão desses conceitos basilares da disciplina.

Outra atividade desenvolvida foi sobre a Psicogênese da Língua Escrita a partir de (Morais, 2012) e (Ferreiro e Teberoski, 2007), um dos pilares da Alfabetização e Letramento. Os alunos e alunas durante 8 horas analisaram produções reais de crianças que estavam em diferentes hipóteses de escrita e após discussões desses materiais, as categorizaram em pré-silábica, silábica, silábica-alfabética e alfabética, registrando características de cada uma dessas etapas. Essa atividade foi muito bem aceita pelos (as) acadêmicos (as), justificando a importância da análise de textos reais. Um dos textos disponibilizados era do filho de uma das alunas, fato esse que foi acolhido com elogios pela turma.

A partir de materiais e documentos relacionados aos objetivos das turmas de alfabetização, como planejamento e relatórios individuais, os alunos (as) analisaram, os objetivos alcançados pelas crianças e numa de modo investigativo os categorizaram, propondo alternativas pedagógicas para que as crianças pudessem avançar no processo de alfabetização e letramento.

Um aspecto significativo no processo de alfabetização e letramento das crianças é a leitura, interpretação e a produção de textos de variados gêneros textuais. Nessa perspectiva, (Dionísio et. al., 2005) discutem a importância de levar



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação”

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

à sala de aula gêneros textuais, especialmente os mais próximos do contexto das crianças para que sejam lidos, analisados e também elaborados outros. Ao encontro dessa abordagem, foi realizado duas oficinas de produção de gêneros narrativos com 5 horas cada oficina, totalizando 10 horas.

Foram selecionados contos e fábulas infantis de La Fontaine e Esopo e depois da análise dos elementos constitutivos desses gêneros, os acadêmicos, em grupos elaboraram textos coletivos de narrativas. Ao concluírem, refletiram sobre os critérios que seriam adotados para avaliação dessas produções textuais. A partir dessas oficinas os (as) acadêmicos (as) relataram a necessidade de ampliação nas leituras da literatura infantil.

Amparados na concepção de que a leitura literária constitui “uma prática cultural de natureza artística, estabelecendo com o texto lido uma interação prazerosa” (CEALE, 2014), é de suma importância que nas turmas de alfabetização e letramento sejam dinamizadas tais práticas. Dessa forma, foram selecionados obras de literatura infantil para que os acadêmicos pudessem ler e depois refletirem em dinâmicas para suas turmas. Entre as obras selecionadas estavam: “Letras de carvão” de Irene Vasco e Juan Palomino e “A história do leão que não sabia escrever de Martin Bathlscheit e tradução de Mônica Stahel. Num período de 2 horas de atividades, foram dinamizadas sugestões de práticas para serem desenvolvidas com turmas de alfabetização e letramento.

As discussões das Políticas de Alfabetização e Letramento no Brasil também tiveram lugar no PCC. Para uma das discussões convidamos uma professora que trabalhou com o Programa MS Alfabetiza para que conduzisse um debate de 2 horas sobre o desenvolvimento dessa Política no Estado e depois realizaram uma entrevista com ela para melhor apropriação desse Programa.

3 À guisa de conclusão

Este artigo discutiu brevemente sobre a PCC (Prática como Componente Curricular) desenvolvida em um curso de Pedagogia de uma universidade pública do estado do Mato Grosso do Sul, a colocando como importante instrumental para alfabetização e letramento das crianças. Teceu considerações articulando discussões sobre os avanços e retrocessos das políticas de alfabetização das



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação”

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

últimas décadas com a formação inicial e o PCC. Após análise do material empírico constatou-se as potencialidades e limitações do processo formativo inicial dos (as) acadêmicos (as) do curso de Pedagogia tendo como horizonte a realização desse componente na disciplina de Alfabetização e Letramento.

Das limitações percebe-se que ainda há dificuldades no cumprimento da carga horária prevista para a PCC, considerando o contexto dos estudantes, que além da frequência à universidade no período noturno, durante o dia, em sua maioria trabalham. Outro aspecto são as lacunas provenientes do embasamento teórico dos estudantes que dificulta a compreensão das relações imbricadas entre teoria, prática e reflexão e prevalecimento da ideia de alfabetização pautada no método fônico. Diversos acadêmicos, que já trabalham em sala de aula, ainda optam por considerar a tradicional Cartilha à moda Caminho Suave, permanecendo descrentes do que já é consensual na academia e justificam sua posição na “facilidade” e na ideia de que sempre deu assim. Ainda nessa perspectiva, constatou-se a partir do relatório, confusão na compreensão das relações entre teoria e prática da PCC em relação ao estágio supervisionado, supostamente causado pelas lacunas de leitura, debate e reflexão.

Também se constatou potencialidades no desenvolvimento da prática como componente curricular. Uma dessas foi a análise de casos reais de alfabetização e letramento fazendo interlocuções com questões teóricas e políticas de modo crítico. Outro ponto relevante relaciona-se ao desenvolvimento das oficinas com os gêneros textuais fábulas e a utilização da literatura infantil como instrumento significativo no processo de alfabetização e letramento.

Em suma, verifica-se ainda diversas lacunas para aprofundamento de reflexões que façam interlocução entre a PCC e em específico a disciplina de Alfabetização e Letramento no curso de Pedagogia o que abre possibilidade para outras pesquisas e discussões.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP 02, de 20 de dezembro de 2019.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, DF. 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 20 jul. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura).. Brasília, DF. 2019. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=258171-rcp004-24&category_slug=junho-2024&Itemid=30192. Acesso: em 20 jul. 2025.

CEALE - Glossário. Universidade Federal de Minas Gerais. 2014. Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/>. Acesso em: 27 out. 2023.

DIONISIO, Angela Paiva et al. **Gêneros textuais e ensino**. Lucerna, 2005.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

MORAIS, Artur Gomes. **Sistema de escrita alfabética**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2012.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Um balanço crítico da "Década da Alfabetização" no Brasil. **Cadernos Cedes**, v. 33, p. 15-34, 2013.

SCHMITZ, Gabriela; TOLENTINO NETO, Luiz Caldeira Brant. A Prática como Componente Curricular: Panorama das Publicações e Contextos da Produção Científica. **Rev. Int. Educ. Super.**, Campinas , v. 8, e022010, 2022 . Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2446-94242022000100207&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 23 jul. 2025. Epub 12-Ago-2022. <https://doi.org/10.20396/riesup.v8i0.8664826>.

SOARES, Magda Becker. **Alfaletrar**: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.

SOARES, Magda Becker. **Alfabetização**: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2016.

SOARES, Magda Becker. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 5-17, 2004.